

Jurisprudência em Sinopse¹



■ Ainda que, na ação de consignação em pagamento, o autor tenha o prazo de cinco dias para fazer o depósito, no caso de verbas rescisórias, o depósito deve ser feito dentro prazo do art. 477, §6º, da CLT, de 10 dias contados do término da prestação de serviços. [TST-E-RR-376-14.2015.5.07.0010](#), Tribunal Pleno, red. Min. José Roberto Freire Pimenta, julgado em 16/10/2023.

■ Indevida a condenação solidária dos dirigentes sindicais por multa no descumprimento de ordem judicial imposta em dissídio coletivo de greve. [TST-ROT-718-03.2020.5.17.0000](#), SDC, rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, julgado em 9/10/2023.

■ Defere-se a medida em mandado de segurança para cassar determinação de perícia técnica no algoritmo de empresa de tecnologia pelo risco de violação à propriedade intelectual e industrial. [TST-ROT-11772-82.2022.5.03.0000](#), SBDI-II, rel. Min. Luiz José Dezena da Silva, julgado em 24/10/2023.

■ Indefere-se medida em mandado de segurança referente determinação sobre empresa de bilhetagem para apuração em seus documentos a respeito dos horários de transporte do reclamante e suas testemunhas, não havendo violação à intimidade. [TST-ROT-103254-68.2022.5.01.0000](#), SBDI-II, rel. Min. Liana Chaib, julgado em 10/10/2023.

¹Sinopse elaborada pelo NUGEP-NAC do TRT-9ª, resumindo as ementas em única frase. Os links remetem a dados do processo, acórdão e ementa.

²Ementas publicadas no [Informativo TST 280](#)

- Comete dano moral a empresa que cancela plano de saúde de empregadora que comunica a sua gravidez no último dia do contrato de trabalho e acaba por sofrer aborto. **TST-RR-898-42.2012.5.05.0191**, 1ª Turma, rel. Min. Luiz José Dezena da Silva, julgado em 18/10/2023)
- À luz do Tema 1046, do STF, é válida norma normativa que fixa forma de divisão e repasse das gorjetas. **TST-RR-467-63.2012.5.05.0011**, 1ª Turma, rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, julgado em 11/10/2023
- À luz do Tema 1046, do STF, é inválida norma coletiva que afasta o direito à participação nos lucros, no caso de rescisão antecipada do contrato de trabalho nos termos da S. 451, do TST. **TST-RR-20093-67.2022.5.04.0101**, 1ª Turma, red. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, julgado em 11/10/2023
- À luz do Tema 1046, do STF, é inválida norma coletiva que limita a caracterização de insalubridade para o serviço de limpeza em sanitários. **TST-Ag-RR-10187-34.2022.5.03.0181**, 1ª Turma, rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, julgado em 18/10/2023
- À luz do Tema 1046, do STF, é inválida a norma coletiva que estabelece a concessão do intervalo intrajornada apenas ao final da jornada do trabalhador avulso, por equivaler à supressão do descanso intrajornada. **TST-RR-185-87.2015.5.17.0010**, 1ª Turma, rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, julgado em 25/10/2023
- Em que pese a S. 16, do TST, a citação por e-Carta sem aviso de recebimento não é válida. **TST-RR-20283-24.2021.5.04.0373**, 1ª Turma, rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, julgado em 25/10/2023
- Deve ser desmistificado o argumento de que a trabalhadora era tratada “como se fosse da família” para afastar a caracterização de trabalho análogo à condição de escrava. **TST-RRAg-1000612-76.2020.5.02.0053**, 2ª Turma, rel. Min. Liana Chaib, julgado em 18/10/2023
- A pandemia de COVID-19 não configura força maior para a extinção do contrato de trabalho. **TST-Ag-AIRR-578-23.2021.5.05.0014**, 3ª Turma, rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, julgado em 24/10/2023

■ Constitui atividade de risco para configuração da responsabilidade objetiva do empregador, a atividade do empregado motorista em rodovias de alto tráfego, em jornada de trabalho extenuante e em longas distâncias e não há qualquer circunstância que demonstre a culpa recíproca. **TST-AIRR-10778-92.2019.5.03.0183**, 3ª Turma, rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, julgado em 24/10/2023

■ É discriminatória a dispensa de empregado que é selecionado para o desligamento por estar aposentado ou tendo preenchido todos os requisitos para a aposentadoria. **TST-ARR-21449-22.2017.5.04.0021**, 3ª Turma, rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, julgado em 24/10/2023

Fere o Princípio da Dignidade da Pessoa a limitação ao uso de banheiro com instalação de catraca com sistema de biometria.

TST-AgAIRR-1001393-44.2021.5.02.0383, 3ª Turma, rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, julgado em 18/10/2023

■ Configura dano moral a restrição de uso do banheiro que implica redução dos intervalos intrajornada e prejudica a produtividade do trabalhador no cálculo do PIV (Plano de Incentivo Variável). **TST-RR-229-85.2021.5.09.0021**, 3ª Turma, rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, julgado em 18/10/2023

■ 1. Tem legitimidade ativa a mãe para postular a indenização por dano moral decorrente do evento morte de seu filho em acidente de trabalho. 2. É irrelevante se a atividade de vaqueiro do empregado era de risco intrínseco, configurando responsabilidade objetiva do empregador, se o superior hierárquico não suspende a prestação de serviços durante um temporal e o trabalhador é vitimado pela queda de raio. **TST-AIRR-221-24.2020.5.23.0096**, 3ª Turma, rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, julgado em 24/10/2023

■ Em lugar da prorrogação da licença, acolhe-se pedido alternativo de readaptação, consistente em teletrabalho com redução de jornada sem diminuição de salário, para permitir à empregada pública prestar cuidados especiais a filho.

TST-AIRR-504-61.2021.5.21.0001, 3ª Turma, rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, julgado em 24/10/2023

■ O juiz do trabalho não é mero “carimbador” de acordo extrajudicial, devendo homologar apenas parcialmente acordo prejudicial ao trabalhador para excluir as

cláusulas lesivas, a fim de proteger o trabalhador e garantir o recebimento mínimo de parcelas imprescindíveis para atender a suas prementes necessidades.

TST-RR-1000468-93.2021.5.02.0465, 3ª Turma, rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, julgado em 24/10/2023

■ Caso a seleção e a admissão de trabalhador em navio de cruzeiro se dê no território nacional, a legislação trabalhista aplicável é a brasileira, independente da bandeira da embarcação. **TST-Ag-AIRR-1793-30.2015.5.09.0015**, 3ª Turma, rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, julgado em 24/10/2023

■ Inadequada a ação civil pública para que sindicato pretenda a cobrança de contribuição sindical por se constituir direito heterogêneo da entidade.

TST-Ag-AIRR-10507-48.2018.5.15.0001, 3ª Turma, rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, julgado em 24/10/2023

■ Embora caracterize-se ato de indisciplina, não configura justa causa o fato de a empregada, técnica de suporte de informática em empresa hospitalar em regime de plantão, ausentar-se do posto de trabalho para assistir à queima de fogos de Ano Novo na praia de Copacabana. **TST-RR-100309-42.2019.5.01.0056**, 5ª Turma, red. Min. Douglas Alencar Rodrigues, julgado em 25/10/2023

■ Tem legitimidade ativa o MPT para postular a invalidade da contratação e o reconhecimento de vínculo de emprego para advogados admitidos em contrato de sociedade por constituir-se em direito individual homogêneo.

TST-RR-318-06.2013.5.06.0011, 5ª Turma, rel. Min. Morgana de Almeida Richa, julgado em 25/10/2023

■ À luz do Tema 1046, do STF, não é válida norma convencional vigente antes da Reforma Trabalhista, que reduz o intervalo intrajornada de cobrador de ônibus.

TST-AIRR-11393-13.2017.5.03.0067, 6ª Turma, rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, julgado em 25/10/2023

■ Recurso de revista provido para condenar o empregador em indenização por dano moral no valor de uma remuneração mensal do empregado que foi chamado de “negão” pelo superior hierárquico. **TST-RR-20658-94.2019.5.04.0017**, 6ª Turma, rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, julgado em 25/10/2023)

■ É válida norma convencional que reduz o intervalo intrajornada para contrato de trabalho celebrado após a Reforma Trabalhista.

TST-AIRR-11647-79.2020.5.15.0088, 6ª Turma, rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, julgado em 25/10/2023

■ Amplia-se a indenização por dano moral de R\$ 3.000,00 para R\$ 10.000,00 em razão de discriminação de gênero, por ser a empregada indevidamente considerada inapta por seus colegas e por seu superior hierárquico para o exercício da função de açougueira. **TST-RR-444-14.2021.5.09.0651**, 6ª Turma, rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, julgado em 25/10/2023

■ À luz do Tema 1046, do STF, não é válida norma coletiva que reduz para 20 minutos diários o intervalo intrajornada para motoristas e cobradores.

TST-AIRR-2093-10.2013.5.03.0021, 7ª Turma, rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, julgado em 10/10/2023

■ Se não comprovada a alegação de defesa de que a dispensa da trabalhadora com câncer (neoplasia maligna) decorreu de dificuldades de relacionamento com colegas, comportamentos inadequados e baixa produtividade, deve o ato ser considerado discriminatório e inválido, à luz da Súmula 443/TST.

TST-RR-162-96.2021.5.09.0126, 7ª Turma, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 10/10/2023

■ À luz do Tema 1046, do STF, é parcialmente válida norma coletiva que elastece jornada em turnos ininterruptos de revezamento até o limite de 8h diárias.

TST-RR-10367-10.2020.5.03.0023, 7ª Turma, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 17/10/2023

■ A aquisição de bem imóvel para a residência familiar no curso da execução mostra-se fraudulenta se não existem outros bens para a satisfação do crédito exequendo e se não se demonstra que o valor para essa aquisição decorreu de venda de outro bem de uso familiar. **TST-RR-2291400-83.2008.5.09.0014**, 7ª Turma, red. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 17/10/2023

■ Aplicam-se aos contratos de trabalho em curso, as alterações ainda que prejudiciais ao trabalhador em decorrência da Reforma Trabalhista.

TST-RRAg-112-40.2021.5.17.0161, 7ª Turma, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 17/10/2023

■ Mesmo o caso de pluralidade de residências, deve ser reconhecida a impenhorabilidade do bem de família, tendo legitimidade o cônjuge do executado para argui-la. **TST-RR-1000853-66.2021.5.02.0004**, 8ª Turma, rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, julgado em 18/10/2023

■ À luz do Tema 1046, do STF, não é válida norma coletiva que exclui a aplicação da indenização prevista no art. 477, da CLT. **TST-RR-100766-57.2016.5.01.0031**, 8ª Turma, rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, julgado em 18/10/2023

■ Eventual reconhecimento de fraude à execução por cláusula de impenhorabilidade de bem de família não afeta essa condição do bem que efetivamente serve de moradia para a família do executado. **TST-RR-469-03.2021.5.06.0007**, 8ª Turma, rel. Min. Sergio Pinto Martins, julgado em 18/10/2023.

Célio Horst Waldraff

Desembargador Presidente
do NUGEPNAC do TRT-PR

Dúvidas ou sugestões:

nugep@trt9.jus.br - Ramal 3310-7153
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 528
2º andar do prédio anexo